



CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

ATA 2/2017

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezassete pelas catorze horas e trinta minutos teve lugar na sala de reuniões dos Serviços Centrais e da Presidência do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) a reunião nº 2/2017 do Conselho Geral, com a presença dos conselheiros constantes da lista de presenças (Anexo 1), e com a presença do Presidente do IPCB. Estiveram ausentes da reunião, em representação dos docentes os Conselheiros Francisco Lucas e Maria da Natividade Pires, por motivo justificado, dos Conselheiros Cooptados, a Conselheira Helena Maria de Oliveira Freitas e o Conselheiro Carlos Coelho, ambos por motivo justificado e a Conselheira Maria de Lurdes Rodrigues, sem justificação e dos alunos Samuel Bento, por motivo justificado e Mariana Gomes Viegas, sem justificação. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. Apreciação da proposta de orçamento 2018
3. Análise das colocações 2017
4. Aprovação do Regulamento e calendário para eleição do Presidente do IPCB

1. Aprovação da ata da reunião anterior

Após a introdução de algumas correções e alterações proposta pelos Conselheiros, a Ata 1/2017 foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2. Apreciação da proposta de orçamento 2018

Apresentada pelo Sr. Presidente do IPCB a proposta de orçamento para 2018, já enviada em agosto ao Ministério, tendo destacado:

Postos trabalho docente

Categoria	Número de Postos de Trabalho	
	Ocupados 2017	A ocupar 2018
Prof. Coordenador Principal	0	1
Prof. Coordenador	31*	2
Prof. Adjunto	230**	12
Assistente	80	0
Total	341	15

* 1 desempenha o cargo de Presidente do IPCB ;

** 2 desempenham o cargo de Vice-presidente do IPCB



Postos de trabalho não docente

Categoria	Número de Postos de Trabalho	
	Ocupados 2017	A ocupar 2018
Técnico Superior	74*	3
Especialista de Informática	6	0
Técnico de Informática	5	1
Coordenador Técnico	8	0
Assistente Técnico	56	2
Assistente Operacional	46	8
Total	195	14

* 1 desempenha o cargo de Administrador do IPCB

IPCB – Receita

Receitas	Previsão inicial	%
Propinas	3.158.850	15,33
Taxas, multas e outras penalidades	385.800	1,88
Rendimentos de propriedade	4.800	0,02
Transferências correntes (OE)	15.563.292	75,54
Transferências correntes (Outras)	13.500	0,06
Venda de bens e serviços correntes	327.800	1,60
Outras receitas correntes	1.148.005	5,57
TOTAL	20.602.047	100,00

IPCB – Despesa

Despesas	Previsão inicial	%
Despesas com pessoal	19.035.947	92,40
Remunerações certas e permanentes	15.414.995	74,82
Abonos variáveis e eventuais	109.371	0,53
Segurança social	3.511.581	17,05
Aquisição de bens correntes	325.500	1,58
Aquisição de serviços correntes	1.055.600	5,12
Aquisição de bens de capital	185.000	0,90
TOTAL	20.602.047	100,00



Postos de trabalho – SAS

* 1 desempenha o cargo de Administrador dos SAS/IPCB

Categoria	Número de Postos de Trabalho	
	Ocupados 2017	A Ocupar 2018
Técnico Superior	5*	1
Técnico de Informática	1	0
Assistente Técnico	4	0
Assistente Operacional	11	3
Total	21	3

* 1 desempenha o cargo de Administrador dos SAS/IPCB

SAS – Receitas

Receitas	Previsão inicial	%
Transferências correntes (OE)	300.000	42,70
Venda de bens e serviços correntes	402.814	57,30
TOTAL	702.814	100,00

SAS – Despesas

Despesas	Previsão inicial	%
Despesas com pessoal	386.148	54,94
Remun. certas e permanentes	310.419	44,16
Segurança social	75.729	10,78
Aquisição de bens e serviços	287,666	40,93
Transferências correntes	12.500	1,78
Outras despesas correntes	16.500	2,35
TOTAL	702.814	100,00

Handwritten signature



Evolução do Orçamento do IPCB 2010 - 2018

Orçamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
OE Inicial (1)	18 646 86	16 747 267	13 553 205	13 893 883	13 833 893	13 927 492	14 519 307	15 447 701	15 563 292
Reforço (2)	6 000	-210 773	15 054	1 015 751	2 158 658	1 868 090	1 530 097	922 200	
Candidatura a Projetos (3)	224 652	51 744	8 684	12 686	37 808	26 881	5 342	9 570	2 000
OE final (4)=(1)+(2)+(3)	18 877 038	16 588 238	13 576 943	14 922 320	16 030 359	15 822 463	16 054 746	16 379 471	15 565 292
Fundo Social Europeu (5)	335 618	562 218	322 287	884 322	852 864	2 254 801	2 010 114	1 691 831	
Propinas (6)	3 039 876	3 157 120	3 472 492	3 151 847	2 988 820	2 821 322	2 934 052	2 864 666	3 158 850
Outras receitas (7)	950 136	1 271 954	992 706	1 759 286	1 650 867	1 316 565	1 300 749	818 944	1 877 905
Saldos (8)	1 353 305	1 408 402	590 300	548 961	424 966	990 041	424 303	267 943	
Funcionamento (9)=(4)+(8)	24 555 972	22 987 931	18 954 728	21 266 735	21 947 876	23 205 192	22 723 965	22 022 855	20 602 047
OE / PIDDAC (10)	0	0	542 500	0	0	0	0	0	0
FEDER (11)	0	0	707 282	1 682 851	2 141 875	267 643	0	0	0
Investimento (12)=(10)+(11)	0	0	1 249 782	1 682 851	2 141 875	267 643	0	0	0
OE Total (13)=(9)+(12)	24 555 972	22 987 931	20 204 510	22 949 586	24 089 751	23 472 835	22 723 965	22 022 855	20 602 047

Orçamento do SAS 2010 – 2018

Orçamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
OE Inicial	403.153	373.474	308.540	365.254	448.113	300.000	302.652	300.000	300.000
Receitas Próprias	644.500	678.686	561.229	445.299	441.300	428.696	421.350	406.350	402.814
Programa L. da Vinci		104.785	34.929	34.929	0	0	0	0	
F Saldo Ano anterior	9.275	18.508	54.001	4.949	24.176	66.678	73.699	118.424	
Transferências IPCB	170.812	130.809	152.000	50.000	50.000	0	0	0	
Total	1.227.740	1.306.262	1.110.699	900.431	963.589	795.374	797.701	824.774	702.814

Após a apresentação por parte do Sr. Presidente do IPCB, vários Conselheiros intervieram, quer para fazer comentários, quer para colocar questões.

O Conselheiros Luís Correia colocou uma questão acerca dos princípios de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES), tendo o Sr. Presidente do IPCB explicado a forma como é feito o cálculo de financiamento das referidas instituições.

O Conselheiros Joaquim Morão fez um comentário acerca das diferenças entre as regiões do litoral e do interior e também a diferença no financiamento das IES destas duas áreas geográficas. A Conselheira Fátima Paixão subscreveu a referência à constatação de que a transferência orçamental do Estado para as instituições de ensino superior, particularmente as do interior, é manifestamente insuficiente, discriminatória e reveladora da ausência de políticas concertadas para desenvolver esta parte do território português. Considerou, também, que não basta referir tal sentimento no Conselho Geral, mas que este assunto merecia uma ação mais insistente e determinada, nomeadamente, por parte dos dirigentes académicos e suas estruturas organizativas, em consonância com as estruturas concelhias e regionais, públicas e privadas.



Sobre o orçamento apresentado, considerou que este representa opções que foram sendo e que são tomadas e outras que foram deixadas para trás, sendo este um aspeto que faz a diferença em termos qualitativos. Não se percebe, por exemplo, como ao longo dos últimos anos, instituições universitárias bem como politécnicas, deste país, com a sua autonomia sobre o assunto, foram continuando a abrir concurso e a ocupar lugares de professores associados e catedráticos ou de professores coordenadores e coordenadores principais e que o IPCB tenha tomado uma decisão oposta. Efetivamente, não é compreensível a opção de não abrir concursos para tais categorias, tendo em conta o prestígio, participação em atos académicos e grupos de trabalho, bem como a estratégia de competitividade que a sua existência e representatividade poderiam significar no meio académico. Em termos orçamentais, tais situações não seriam, certamente, as principais causadoras de desequilíbrios, como parece querer-se fazer notar. De sublinhar que a qualificação do pessoal docente é elevada, pelo que são legítimas as suas expectativas, à luz dos Estatutos da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico. Apesar de ao longo de vários anos o Plano de Atividades evidenciar a sua ausência, sucessivamente, o concurso para ocupar o lugar de Professor Coordenador Principal nunca foi aberto.

Além disso, no diagnóstico para o orçamento em análise evidencia-se uma enorme discrepância entre a relação do número de professores coordenadores e coordenadores principais no cômputo geral do corpo docente, e a relação entre o número de técnicos superiores e o número total de trabalhadores não docentes, o que evidencia uma desproporção que não se compreende e não se percebe na organização das unidades orgânicas e dos serviços centrais, considerando as condições proporcionadas para a qualidade dos processos de ensino.

Sobressai também que ao longo dos anos, não houve aposta numa gestão sustentável de recursos materiais, sendo de supor que nesta fase já deveria ter ocorrido, por exemplo, um maior investimento com vista ao aproveitamento de energia solar nas Unidades Orgânicas, já deveriam ter sido integralmente instaladas torneiras economizadoras e outros equipamentos que, a médio e longo prazo conduzissem a uma redução de desperdício de água e de energia, uma vez que sabemos serem elevados, e cuja poupança se poderia canalizar para apetrechar laboratórios e outros espaços de ensino, particularmente em Unidades Orgânicas mais antigas, como a ESE, que não tem sofrido as intervenções necessárias.

O Presidente do IPCB referiu que entre 2010 e 2017 foram abertos 9 concursos para Professor Adjunto, estando mais 4 em fase de abertura e que, contrariamente ao afirmado, foram abertos 5 concursos para Professor Coordenador. Referiu ainda que foi utilizado como critério prioritário o cumprimento dos rácios de pessoal docente de acordo com as recomendações da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, critério sempre transmitido aos Diretores da Escolas,



e aos vários órgãos da Instituição, incluindo o Conselho Geral, e que foi também esse o critério utilizado para a aquisição de bens e equipamentos. Referiu ainda o Presidente do IPCB que nenhum curso da Instituição encerrou por incumprimento dos rácios de pessoal docente ou por falta de materiais ou equipamentos. O Presidente referiu ainda que não tem conhecimento de nenhum evento ou ato académico em que o IPCB tenha deixado de participar pelo facto de não ter nenhum Professor Coordenador Principal.

Em relação aos técnicos superiores, o Presidente do IPCB referiu que desde 2009 foram abertos oito concursos para o IPCB e um para os SAS, sendo alguns para substituição de pessoal aposentado.

Sobre a gestão sustentável de recursos, o Presidente do IPCB lembrou que em 2010 foram efetuadas intervenções em várias estruturas do IPCB, nomeadamente nas residências de Castelo Branco e Idanha-a-Nova e nas Escolas Superiores de Educação, Saúde e Agrária, respetivamente, com a colocação de painéis solares e substituição de lâmpadas, e nos serviços centrais a impermeabilização da cobertura e na Escola Superior de Tecnologia a substituição de chiller e de janelas. Foi ainda referido pelo Presidente do IPCB que se encontram aprovadas três candidaturas no âmbito do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR 2017), que permitirão várias intervenções nos Serviços Centrais, na Escola Superior Agrária e na Escola Superior de Educação, de que se destacam a aplicação de um sistema de produção de eletricidade para autoconsumo com instalação de painéis fotovoltaicos e a substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, de entre outras medidas.

Relativamente ao esclarecimento feito pelo Presidente do IPCB acerca da opção de continuar a aumentar o número de professores adjuntos, a Conselheira Fátima Paixão questionou sobre o que o Presidente do IPCB pensa que move os reitores e presidentes de politécnicos, incluindo privados, a terem aberto, particularmente desde 2009 e até ao presente, concursos para ocupação de lugares para professores associados e catedráticos ou para professores coordenadores e coordenadores principais, e no IPCB ser escasso o número de professores coordenadores e não existir nenhum professor coordenador principal?

Referiu também que ela própria é parte interessada nessa abertura de concurso para o lugar de professor coordenador principal.

O Presidente do IPCB referiu que é totalmente irrelevante para o IPCB o que o Presidente da instituição possa pensar sobre os atos e decisões de reitores e presidentes de outras instituições de ensino superior.



Seguidamente o Conselheiro José Carlos Gonçalves começou por referir que se tratava de um orçamento que claramente não irá permitir um normal funcionamento da instituição, face aos valores orçamentados, em particular para as rubricas de funcionamento e investimento. Para se perceber a dimensão do problema basta referir que de um orçamento global de cerca de vinte ponto seis milhões de euros, só para pessoal estão orçamentados cerca de dezanove milhões de euros (noventa e dois por cento) restando, assim, pouco mais de um ponto seis milhões para funcionamento e investimento que, na informação do Presidente não será real, uma vez que a verba de um ponto um milhão euros inscrita na rubrica Outros é receita de origem não definida e inscrita para equilibrar o orçamento. Nestes números continuamos a perceber a contínua perda de receitas que a Instituição tem vindo a sofrer nos últimos anos, com graves consequências para o seu normal funcionamento. Neste aspeto, tal como também já foi referido, a questão da manutenção de edifícios e equipamentos é deveras preocupante. Realçou ainda o trabalho dos docentes e a sua capacidade para através dos projetos que têm sido aprovados, permitirem que algumas dessas verbas tenham reflexo não só nos trabalhos de I&DE dos mesmos, mas também nos processos formativos onde os alunos estão envolvidos. Por último abordou a questão do descongelamento das carreiras, para solicitar ao Presidente do IPCB informações sobre o processo, sabendo que o IPCB tinha cumprido a implementação legislativa do sistema de avaliação de desempenho docente que está em normal funcionamento e que inclui os períodos de avaliação desde dois mil e quatro.

O Presidente do IPCB referiu que até ao momento não existe qualquer informação sobre o descongelamento das carreiras.

O Conselheiro António Moitinho Rodrigues referiu-se ao mau estado em que se encontram as coberturas da vacaria e do ovil, duas das instalações pecuárias localizadas na Quinta da Sr. de Mércules. As coberturas dos dois edifícios já cederam pontualmente, situação que se poderá repetir pondo em risco a integridade física de estudantes e docentes que lecionam aulas práticas naqueles locais, de colaboradores não docentes que trabalham diariamente naqueles locais e de animais, bovinos e ovinos, que lá se encontram.

A representante do pessoal não docente, Conselheira Edite Santos, questionou o Presidente do IPCB, sobre o descongelamento das carreiras dos colaboradores não docentes, tendo sido referido que até ao momento não havia qualquer informação oficial. Foi ainda solicitado esclarecimento sobre se os 8 postos de trabalho não ocupados, na carreira de assistente operacional, previstos no mapa de pessoal do Orçamento do IPCB de 2018, corresponderiam aos concursos que se encontram a decorrer, tendo o Presidente do IPCB esclarecido afirmativamente.

Handwritten initials in blue ink, possibly "JW".



A mesma Conselheira questionou ainda o Presidente do IPCB, sobre a situação das Mobilidades intercarreiras do pessoal não docente, tendo sido respondido que essa possibilidade esteve contemplada na Lei do orçamento de estado para 2017, que para já são temporárias e que, apesar dos constrangimentos orçamentais, estão previstos novos postos de trabalho no mapa de pessoal de 2018.

Seguidamente o Conselheiro Luís Correia questionou o Presidente do IPCB sobre o que seria possível perspetivar para o futuro do IPCB e qual a sustentabilidade da instituição, ao que o mesmo respondeu focando a captação de alunos de todo o mundo, o reforço da ligação ao meio empresarial e o reforço da investigação e a procura de serviços pela comunidade que voltou a aumentar, sendo portanto esses os eixos de futuro.

O Conselheiro Henrique Gil referiu que queria em primeiro lugar, afirmar que se revia nas preocupações referenciadas pelos conselheiros que o antecederam. No entanto, gostava de referir os esforços que têm vindo a ser realizados no âmbito da oferta formativa à distância, ao abrigo do protocolo entre o IPCB e a Universidade Aberta, que têm demonstrado resultados positivos. Numa primeira fase, as pós-graduações à distância iniciaram-se com um número 'modesto' de candidatos (EST - Reabilitação Sustentável de Edifícios; ESA - «Proteção Civil»; ESGIN - «Gestão de Negócios»). Contudo, apraz-lhe registar que no presente ano letivo de 2017/18 os candidatos para as pós-graduações da ESA e da ESGIN ascenderam aos 40, números que ultrapassaram, em média, os candidatos aos cursos de mestrados presenciais. Neste momento, foram admitidos para cada uma das pós-graduações entre 30 a 32 estudantes inscritos. Estes números vêm demonstrar que o trabalho realizado neste domínio parece vir a ser sustentado, podendo dar garantias de uma aposta que tem tudo para ser ganhadora. Aproveitou também para informar que irão ser abertas as candidaturas, para o 2.º semestre letivo, de mais três pós-graduações: uma nova edição da «Reabilitação Sustentável de Edifícios da EST; e, mais duas novas propostas em «Design e Fabrico Integrado por Computador» da EST e em «Sistemas de Informação Geográfica» da ESA. Informou ainda que já estão a ser realizados contactos com universidades brasileiras (Universidade de São Paulo e Universidade de Passo Fundo) com vista à elaboração de uma proposta conjunta na área da «Gerontecnologia». Tendo em conta esta nova realidade formativa no seio do IPCB, gostaria que esta nova possibilidade fosse universal ao incluir todas as UIO do IPCB dado constituir uma possibilidade realista na captação de mais estudantes e de novos espaços geográficos.

21
FR



O Conselheiro António Moitinho Rodrigues referiu relativamente à preocupação com o aproveitamento das fontes energéticas alternativas aos combustíveis fósseis, a existência de painéis solares para aquecimento de águas em três instalações da ESA, o refeitório, o Centro de Zoonoses e ainda a vacaria.

O Conselheiro Jorge Almeida referiu que apesar das dificuldades resultantes dos cortes orçamentais do ano anterior, destacava a importância de metas atingidas como foram o caso da contratação a tempo inteiro de uma Técnica Superior de Psicologia para o Gabinete de Apoio Psicológico do que resultou o aumento quer do tempo de atendimento quer do número de procura por parte dos estudantes assim como um atendimento e acompanhamento especializado e ainda a criação do GAENEE (Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais, Este gabinete de apoio foi criado a custo zero, uma vez que é composto por docentes e técnicos superiores do IPCB e conta com o apoio protocolado com outras instituições como o Hospital Amato Lusitano.

O Presidente do Conselho Geral colocou à votação a aprovação do Orçamento para 2018, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

3. Análise das Colocações 2017

Após apresentação dos números das colocações dos estudantes para o ano letivo 2017/18 por parte do Presidente do IPCB e de algumas considerações acerca da comparação do número de alunos nos CTESP's, Licenciaturas, Mestrados e Pós-graduações, intervieram alguns conselheiros, como o Conselheiro António Pinto, a representante do Pessoal não docente, Conselheira Edite Santos que questionou o Presidente do IPCB, sobre as percentagens dos alunos colocado em primeira opção. Foi esclarecido que em termos gerais baixou em relação ao ano anterior, mas que ainda não tinham todos os dados, e que posteriormente seria comunicado. Foi destacado o facto de o IPCB ter aumentado sistematicamente nos últimos cinco anos, o número de alunos que entraram na Instituição no 1º Ano pela 1ª vez.

Os Conselheiros Fátima Paixão, Luís Correia, José Carlos Gonçalves, António Moitinho Rodrigues e o Presidente do Conselho Geral também intervieram.

4. Aprovação do Regulamento e Calendário para eleição do Presidente do IPCB

O Presidente do IPCB abordou o regulamento eleitoral de 2013 tendo referido que não efetuou qualquer modificação com exceção de algumas pequenas alterações decorrentes de necessidades legislativas.

Referiu ainda que é possível encurtar as datas das diferentes etapas para que o ato eleitoral ocorra antes de 7 de Fevereiro.



Após a apresentação do regulamento e da proposta de alteração do calendário, alguns conselheiros fizeram pequenas intervenções, sendo que o principal a reter foi:

A) SORTEIO DA ORDEM DE AUDIÇÃO E NOTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS será realizado perante uma Comissão indicada pelo Conselho Geral composta pelos seguintes elementos (desta forma evitando-se a deslocação dos elementos cooptados de fora de Castelo Branco):

- Vice-Presidente Conselheiro Luís Correia, que preside à Comissão; Secretário Conselheiro João Ventura; um representante dos Alunos; Conselheira Edite Santos, como representante dos funcionários não docentes e um Docente, neste caso mais antigo de categoria mais elevada, como representante dos docentes.

B) AUDIÇÃO PÚBLICA DOS CANDIDATOS EM REUNIÃO DO CONSELHO GERAL tendo sido proposto que, havendo a probabilidade de haver três candidaturas, as audições se fizessem no mesmo dia – duas de manhã e uma no período da tarde, seguindo-se a REUNIÃO DO CONSELHO GERAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE.

Ambas as propostas foram votadas e aprovadas por unanimidade dos presentes.

O Regulamento e Calendário para eleição do Presidente do IPCB (Anexo 2) foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que após aprovação do Conselho será assinada por mim que a secretariei e pelo Presidente do Conselho Geral.

O Presidente



(Professor Doutor Vitor Manuel da Silva Santos)

O Secretário



(Professor João Manuel Nunes Ventura)

